



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

## FONTES DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA: NATUREZA E IMPLICAÇÕES<sup>1</sup>

Silvana Copetti Dalmaso  
Jornalista, Bacharel em Comunicação Social pela UFSM.

**RESUMO:** A pesquisa aborda a problemática das fontes de informação citadas no jornalismo impresso em suas notícias e reportagens e busca estudar o contexto em que elas aparecem, analisando se elas refletem a pluralidade de vozes que constituem a sociedade. Embora com contornos diferenciados, o trabalho é inspirado numa pesquisa realizada em diários portugueses, que conclui que as notícias tendem a excluir da cobertura noticiosa as pessoas de menor prestígio, em favor das poderosa/de elite. A pesquisa teve como objeto empírico o jornal A Razão, editado em Santa Maria/RS, que circula na região central do Estado. O resultado mostrou que as fontes citadas mais utilizadas pelo jornal, foram as fontes oficiais, ligadas aos poderes Executivo, Legislativo e outras instituições. O cidadão comum raramente foi citado como fonte de informação, limitando com isso, a polifonia.

### Introdução

Este texto é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica que aborda a problemática das fontes de informação. Fontes de informação jornalísticas: natureza e implicações. A pesquisa aborda a problemática das fontes de informação citadas no jornalismo impresso em suas notícias e reportagens e busca estudar o contexto em que elas aparecem, analisando se elas refletem a pluralidade de vozes que constituem a sociedade.

Embora com contornos diferenciados, o trabalho é inspirado numa pesquisa realizada em diários portugueses, que conclui que as notícias tendem a excluir da cobertura noticiosa as pessoas de menor prestígio, em favor das poderosa/de elite. Com isso, essas fontes contribuem para manter determinados limites de aceitabilidade e legitimidade às intervenções sociais, inibindo a divulgação de idéias alternativas sobre a realidade social. (Souza,1999).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações – Temas Livres, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 03. setembro.2002.



A pesquisa tem como objeto empírico o jornal A Razão, editado em Santa Maria/RS, que circula na região central do Estado. O estudo foi feito a partir da análise das principais matérias das editoriais de Economia, Geral, Educação e Política no período de 17/07 a 04/08 de 2000.

*A partir dos dados sistematizados, apresentou-se formulações teóricas sobre a questão das fontes e da prática jornalística, pois não há como estudar as fontes descontextualizadas da estrutura organizacional do jornalismo. A escolha das fontes está incluída dentro de uma série de procedimentos que compõe o processo de produção da notícia. Por tudo isso, no capítulo sobre o papel do jornalismo e a importância das fontes, há subtítulos que tratam das diversas definições e teorias sobre notícia com o objetivo de melhor compreender porque os jornalistas guiados ou não por suas empresas escolhem algumas fontes em detrimento de outras, porque preferem as fontes oficiais e não dão voz aos cidadãos comuns.*

## 1. O papel do jornalismo e a importância das fontes

*Mesmo constantemente atravessado por outros discursos, a atividade jornalística torna-se vital no mundo moderno e afirma-se como uma forma de conhecimento historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção (Genro, 1997). A complexidade da sociedade faz com que os indivíduos precisem se apropriar do movimento cotidiano do mundo, ampliando sua visão de mundo, pois é o acesso à produção diária da humanidade que possibilita que o sujeito interfira na sociedade. Por se configurar como o lugar mais importante da vida pública, é legítimo defender que os pressupostos morais e éticos da atividade jornalística então, não devem estar submetidos à lógica do Estado, do interesse privado ou a critérios pessoais e sim a mecanismos de controle social da informação (Karam, 1997, p.49).*

Parte-se da premissa que o discurso padrão do jornalismo é o informativo. Os manuais determinam algumas regras de formação do discurso jornalístico. Contêm um discurso fundador que apresenta o que pode e deve ser dito (Marocco, 1997). O Manual



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

de Zero Hora, editado pela RBS afirma, por exemplo, que cabe ao jornal apurar a verdade com isenção e abrangência. Ou seja, o jornalismo enuncia os fenômenos com a pretensão de descrevê-los.

A enunciação jornalística reúne dois mecanismos: o de apontar o real (enquadrá-lo de acordo com interesses, projetos editoriais, rotinas de redação, etc) e de poder mandar olhar os acontecimentos construídos (agendamento). Um jornal constrói então sua credibilidade dando visibilidade a determinados acontecimentos e pessoas, delimitando o mundo dos fatos a que o cidadão deve ter acesso. E por sua tarefa de reconstrução dos fatos pelos relatos, tem o estatuto de um discurso com raízes na realidade. Ora prestador de serviço, ora produtor de conhecimento sobre o mundo contemporâneo, o discurso jornalístico consolida-se como organizador de uma agenda do que deve ser conhecido e ter credibilidade.

Para Lage, além de um gênero discursivo integrante da língua viva, o jornalismo é um conjunto de gêneros textuais que se elabora como um discurso discorrendo sobre a realidade. Para o autor, não se pode falar sequer em um só discurso jornalístico, porque há, além do discurso jornalístico dominante, outros que constroem versões divergentes, embora menos visíveis da realidade. “Melhor seria dizer que o jornalismo é uma forma de conhecimento que parte da singularidade dos fatos para a universalidade, construído sobre o senso comum recorrendo, sempre de forma indireta, aos discursos particulares dos conhecimentos instituídos”. (Lage,1999 Comentário à tese)

Ao reconstruir a sociedade simbolicamente, dia a dia, a atividade jornalística escolhe valores e visões de mundo que devam ter visibilidade, mas fala da aparência do mundo, não assume o papel de esgotar qualquer questão ou de abordá-la à exaustão. Entretanto, como uma forma de a sociedade conhecer e reconhecer a si mesma, é primordial que a busca pela informação mais completa e plural permaneça no horizonte do jornalista como meta permanente.

#### 1.1 – Produto final: notícia

No jornalismo diário o produto final da investigação jornalística, da apuração, da consulta das fontes, do cruzamento de dados, do ato de reunir todas as informações, é a



notícia, é o texto cujo conteúdo foi trabalhado e construído baseado em valores e critérios jornalísticos, em regras da orientação editorial e outros fatores. Mas o conceito de notícia assim como os critérios que a determinam são diversificados. Neste subcapítulo, são abordadas algumas definições sobre notícia a fim de ampliar o debate acerca das práticas jornalísticas e suas dinâmicas.

As definições de notícia podem ser resumidas a partir de dois grandes grupos: de um lado aqueles que defendem a concepção da notícia como espelho da realidade, de outro a notícia seria percebida como parte da construção desta realidade. A idéia de notícia como espelho da realidade corresponde à concepção tradicional de notícia tendo a objetividade como ponto chave da atividade jornalística. Esta objetividade também pode ser confundida com imparcialidade, componente controverso e polêmico entre profissionais e pesquisadores do Jornalismo. Sobre este item, Alsina ressalta que dentro desta concepção de notícia como espelho da vida real, o máximo que se deve admitir é a possibilidade de que nelas apareça o ponto de vista do jornalista. Além disso nesta concepção, a notícia, apresenta-se como algo já realizado. A segunda corrente trata de estudar a notícia com base na atividade dos informadores e das organizações dos *mass media*: “*La noticia no espeja la sociedad. Ayuda a constituirla como fenómeno social compartido, puesto que en el proceso de describir un suceso la noticia define y da forma a ese suceso. [...] La noticia está definiendo y redefiniendo, constituyendo y reconstituyendo permanentemente fenómenos sociales*” (Tuchman *apud* Alsina, 1985, p.185).

A definição de Wolf segue os estudos da concepção da notícia como uma construção em que estão envolvidos diversos fatores. Segundo o autor, a notícia “*es concebida a la vez como un producto resultado de la organización compleja y coordina a muchos factores que se condicionan recíprocamente*”. (Wolf *apud* Alsina, 1985, p.187).

Nelson Traquina (2001) também considera estas duas concepções acerca da teoria das notícias: a teoria do espelho que defende que as notícias são como são porque a realidade assim as determina, e a teoria da construção, na qual as notícias constroem a própria realidade.



O *ethos* dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, fazem com que dificilmente os membros da tribo jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho, porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito das normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento da notícia. (Traquina, 2001, p.68)

O autor classifica a teoria do espelho como pobre e insuficiente pois ela não questiona a integridade dos profissionais. Esta visão também livra jornalistas e empresas de qualquer responsabilidade, além de ser baseada na imparcialidade e objetividade, valores muito questionados no jornalismo atual.

Da teoria da construção social, que rejeita veementemente a teoria do espelho, emergem outras duas teorias complementares: a *estruturalista* e a *etnoconstrucionista*.

Ambas as teorias rejeitam a teoria do espelho e criticam o *empiricismo ingênuo* dos jornalistas. Para ambas as teorias, as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da *comunidade profissional*, dentro e fora da sua organização. (2001, p. 85-86)

As duas teorias reconhecem a importância dos constrangimentos organizacionais e da cultura jornalística, ou seja, os valores-notícia, o conhecimento, a ideologia dos jornalistas. A teoria estruturalista reconhece a autonomia dos jornalistas em relação aos interesses econômicos, e defende que as notícias são um produto social resultante de diversos fatores como a organização burocrática dos mídia, os critérios de noticiabilidade, as etapas de construção do texto jornalístico, etc.

No paradigma construtivista há os processos de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento. O fato ganha vida depois de ter acontecido, a notícia constrói o acontecimento e constrói a realidade, ela é o resultado de um processo de produção, definido por valores de noticiabilidade, e pontos de vista específicos.



De acordo com Wolf, os estudos do *newsmaking* estão centrados dentro de duas perspectivas: “a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos. As conexões e as relações existentes entre os dois aspectos constituem o ponto central deste tipo de pesquisa” (Wolf, 1999, p.188).

A produção da informação de massa inclui a cultura profissional que engloba a função do jornalista na sociedade, seus critérios de notícia, as suas concepções, os estereótipos, etc. “A ideologia traduz-se, pois, numa série de paradigmas e de práticas profissionais adotadas como naturais”. (Garbarino *apud* Wolf, 1999, p.189). De outro lado, há as restrições impostas pela organização do trabalho que cria as convenções profissionais. Estas convenções “determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo, desde a utilização das fontes até à seleção de acontecimentos e às modalidades de confecção, e contribuem para se precaver contra as críticas do público” (Garbarino *apud* Wolf, 1999, p.189). A partir disso, Wolf destaca: “Estabelece-se, assim, um conjunto de critérios, de relevância que definem a noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada acontecimento, isto é, a sua “aptidão” para ser transformado em notícia.” (1999, p.189)

A relação entre estas duas perspectivas é, segundo o autor, estreita e ambas definem as características que os acontecimentos devem possuir para serem transformados em notícia.

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas - para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. (Wolf, 1999, p.190)

## 1.2 – As fontes

É evidente que, como qualquer outra atividade, o jornalismo é enquadrado em determinadas rotinas, quando não é submetido a constrangimentos gerados por interesses políticos e econômicos. A maioria das rotinas, ignoradas pelo público leitor, imprimem várias características no jornalismo contemporâneo. Entre várias citadas por



Souza (1999, p.2), ressalta-se a dependência do sistema produtivo jornalístico de um fluxo regular de informações que muitas vezes não são mais do que “autênticas fábricas de pseudo-acontecimentos e acontecimentos midiáticos”. Poderia ser citada também a rotineira relação entre fontes e repórteres que acaba gerando relações promíscuas, associando amizade e relação profissional.

Para o autor em questão, os mídias funcionam como amplificadores de poderes e sustentadores do *status quo*, pois a insistência em determinadas idéias gera uma dificuldade no leitor para que ele imagine outros tipos de relação de poder. A divulgação rotineira de determinadas visões de mundo “limita o mercado livre das idéias” (Souza, 1999, p.11). Mesmo que eventualmente fontes distantes da esfera de poder coloquem novas temas na agenda, normalmente se destacam determinados grupos de poder.

*De uma maneira geral, pode-se considerar fonte qualquer pessoa, instituição ou documento que presta informações ao repórter. O Manual da Folha de São Paulo (1992, p.132) hierarquiza as fontes e afirma caber ao repórter avaliar o grau de confiabilidade de suas fontes, já que as informações obtidas de cada uma delas exigem procedimentos diferentes antes da preparação do texto final.*

*Como se vê, as fontes são fundamentais ao jornalismo, mas devem ser constantemente avaliadas pelo repórter. Nilson Lage, em palestra proferida no seminário O papel do jornal (1997, p.2) registrou o que denominou de “a assustadora credulidade dos jornalistas, capazes de engolir qualquer bobagem que as fontes lhe impõem”. Para o experiente jornalista, já se foi o tempo em que fontes agiam de boa fé; elas são profissionais, ou seja, mentem profissionalmente – um recurso visto como tolerável por políticos e tecnocratas. Nesse texto, o autor elabora uma classificação das fontes que será adotada pela presente pesquisa (Lage, 1997):*

a) *oficiais, oficiosas e independentes*

*As oficiais são as mantidas pelo Estado, que preservam algum poder de Estado, mantidas por juntas comerciais, empresas, sindicatos, associações, ONGS empresas, organizações. São consideradas as mais confiáveis e muitas vezes seus dados são*



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

*tomados como verdade. Entretanto, historicamente, fontes oficiais mentem, omitem, sonegam*

*As oficiosas são as reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, mas não estão autorizadas a falarem em nome dela ou dele. Podem ser preciosas por desvendarem manobras como as citadas acima. “No entanto, protegidas em regra pelo anonimato – o que dizem deve ser publicado off the record, isto é, sem menção da origem da informação, são o veículo predileto para os balões de ensaio, anúncios de medidas feitas como objetivo de medir reações e que, portanto, provavelmente não se confirmarão. Eventualmente, prestam-se também a veicular boatos, objetivando algum fim escuso: denegrir a imagem de alguém, provocar o aborto de uma política em gestação, interferir numa decisão eleitoral etc.*

*Fontes independentes são as desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico.*

*Também deve-se lembrar que com a criação da agência de notícias no início do século, das assessorias de Comunicação nas últimas décadas e mais recentemente dos processos de Media Training nas empresas, há uma profissionalização das fontes – privilégio de quem conta com um staff de funcionários. Os jornais utilizam freqüentemente os releases (matérias prontas enviadas pelas assessorias), consultam repetidamente por telefone fontes oficiais e com essas práticas acabam excluindo determinados setores das páginas dos jornais. Constata-se uma distância cada vez maior entre as fontes não oficiais e as redações dos jornais impressos. Percebe-se, por diversas sinalizações, que a apuração da informação jornalística tem se dado muitas vezes distante dos protagonistas do fato social. Essa profissionalização não estaria impedindo, como já se diagnostica em outros países, um contato mais direto e proveitoso entre a fonte e o repórter? Que rotinas e rituais do jornalismo impresso contribuem para a escolha de uma ou outra fonte? Não estariam os jornalistas saindo cada vez menos à rua? Não deveriam as matérias serem apuradas, redigidas e editadas com base em várias fontes e, conseqüentemente, apresentando vários pontos de vista e interesses diversos?*



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

*Antigamente, os repórteres ouviam diretamente as pessoas envolvidas nos eventos de interesse público, em contatos não institucionais. Como conta o jornalista Nilson Lage, autor de inúmeros livros sobre jornalismo, até a metade do século XX, os repórteres faziam plantões nos aeroportos, portos e estações ferroviárias para entrevistar os passageiros sobre os últimos acontecimentos (Lage, 1999, p.1).*

*Atualmente, muitas vezes são eleitas fontes de informação oficiais e oficiosas que passam a consagrar-se como “a voz da sociedade”, escondendo ou suprimindo publicamente conflitos sociais. Os jornalistas estão cada vez menos nas ruas e se utilizam progressivamente de declarações oficiais, informações via telefone, rádio ou Internet, empobrecendo seu contato com o cotidiano da maioria da população.*

*Há também um círculo vicioso da pauta que impele os jornalistas a agendarem constantemente os mesmos temas. Muitas vezes, o jornalista se limita a transcrever opiniões, dando preferência à declaração e não à informação, isentando-se assim das afirmações de sua matéria. Toda a vez que é colocada uma informação “na boca de uma fonte”, como se diz no jargão da área, o profissional está se inocentando de assumir o que apurou como verdade. Nesse processo, o jornalismo impresso torna-se cada vez mais inacessível e desinteressante. Entretanto, é o meio que melhor proporciona a reflexão, a análise e a contextualização dos fatos. As manchetes são dadas pela televisão, a cobertura ao vivo muitas vezes é bem feita pelo rádio, mas é o jornal impresso que tem condições de debater os acontecimentos, contextualizá-los e oferecer uma informação mais completa ao leitor.*

Num subtítulo do livro *La construcción de la noticia*, intitulado “Interrelações entre o jornalista e as fontes”, Alsina (1985) diz que um dos tipos de relações entre jornalista e fonte é quando a fonte é quem praticamente faz a notícia, como nos casos dos comunicados oficiais. Nessa relação também se pode incluir aquelas notícias produzidas a partir de uma única fonte, seja ela oficial ou não. O jornalista se contenta em recolher informações de uma só pessoa, pela importância que ela tem, pelo cargo de poder social que ocupa, por ser uma autoridade no assunto, um especialista e esquece de confrontar estas informações com outras de outras pessoas, ou simplesmente consultar outras fontes opostas a esta para compor o texto. O resultado, usando termos do escritor



russo Mikhail Bahktin, é um texto monológico composto por uma única voz que passa longe do texto ideal, o polifônico, aquele em que uma multiplicidade de vozes compõe a mensagem e refletem as reais contradições da sociedade.

Ainda sobre a importância das fontes, o escritor analisa como uma fonte pode constituir-se e legitimar-se como tal, e cita Agostini que diz que a utilização das fontes variará em função de *“la colocación de la fuente en la estructura del poder económico, político y social, de sua homogeneidad cultural con los redactores, de sua economía y de su productividad.”* (Agostini *apud* Alsina, 1985, p.118). Dessa forma as fontes devem sempre fornecer informações úteis aos jornalistas e mostrarem produtividade para adquirirem importância e legitimidade como fonte. *“las fuentes mejor situadas en el orden y en la jerarquía de la sociedad condicionan a los periodistas porque son las más sistemáticamente consultadas”* (Agostini *apud* Alsina, 1985, p.117). Aqui se verifica claramente a chamada institucionalização das fontes, aquelas que tem *“una especie de derecho de acceso semiautomático a los medios de comunicación”*. Alsina também alerta para a necessidade dos jornalistas procurarem as fontes não habituais, não rotineiras. Como exemplo ele cita o jornalismo investigativo *“cuando hay que ir más allá de la información de fácil acceso”*. No entanto, não é só na investigação e nas grandes reportagens que o jornalista deve se sentir na obrigação de procurar outras fontes que não sejam somente as oficiais, e sim, no jornalismo diário, na notícia de rotina, nos pequenos conflitos do cotidiano.

Pode-se dizer que as fontes mais mencionadas no jornalismo são as político-institucionais (partidos políticos, governos, etc), fontes que aparecem através de seus próprios comunicados e que tem acesso direto aos meios de comunicação. *“Una breve reflexión que quisiera hacer al respecto es que precisamente la predominancia explícita de este tipo de fuente viene a determinar de alguna manera el carácter político de cierta información”* (1985, p.121). Nos estudos do *Newsmaking*, Wolf (1994:201) diz que a eficiência do jornalista em definir as fontes é baseada na idéia da produtividade, *“em que o jornalista recorre a determinadas fontes porque estas já possuem um capital de credibilidade e de autoridade, normalmente manifesta em entrevistas anteriores”* (Wolf *apud* Gomes *et al*, 2000, p.35). Se o jornalismo depender unicamente dessa



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

lógica da produtividade, dificilmente fontes que não pertençam ao meio oficial serão procuradas pelos jornalistas.

A procura pelas fontes oficiais também passa pelo conceito da representatividade. As fontes oficiais por representarem instituições de poder e exercerem também certo controle e responsabilidades são as primeiras a serem procuradas pelos jornalistas, ficando em segundo plano os representados, os que não têm a influência de uma autoridade, os que não possuem um cargo representativo.

Cremilda Medina diz que esta procura dos jornalistas pela voz oficial e o limitado uso de outras vozes, tem raízes históricas no Brasil. “O autoritarismo institucional, nas ditaduras brasileiras, também reforçou a voz oficial, em detrimento das vozes anônimas, do debate nacional. Verificou-se a extrema centralização das fontes de informação em todos os temas (pautas) que diziam respeito diretamente a qualquer cidadão brasileiro – problema salarial, habitacional, de emprego etc” (2000, p.36). A mesma autora ressalta a importância da polifonia no Jornalismo: “A seleção das fontes de informação terá de se enriquecer através da pluralidade de vozes e, ao mesmo tempo, da qualificação humanizadora dos entrevistados descobertos.” (Medina, 2000, p.37)

*Wolf diz que a articulação das fontes não é casual ou arbitrária. Há um jogo de interesses, principalmente no caso das fontes representativas de grupos de poder, em manter contato com os meios de comunicação e passar informações. Por outro lado, as empresas jornalísticas precisam desta rede de fontes para o seu funcionamento. “A rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento essencial para o seu funcionamento, reflete, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos” (Wolf, 1999, p.223). Evidencia-se que as fontes mais usadas são aquelas condicionadas ao poder institucional :*

*Aqueles que detêm o poder econômico ou políticos podem, facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se*



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

*transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas ações produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos. (Gans apud Wolf, 1999, p. 224)*

*Wolf lista cinco fatores, associados a objetividade e exigências dos processos produtivos, orientados para a eficiência do trabalho na hora de utilizar as fontes: oportunidade antecipadamente revelada, produtividade, credibilidade, garantia e respeitabilidade. Fatores que nos remetem diretamente às fontes oficiais. A produtividade é um dos fatores que chama atenção para aqueles que pensam que as leis capitalistas não são aplicadas em todas as profissões, mesmo no jornalismo. Nesta ótica as fontes oficiais são produtivas. Elas ofereceriam, segundo Wolf, todas as informações e material necessário para a realização das notícias não dando margem a consulta de outras fontes. As fontes institucionais são estáveis e por representarem as instituições e o oficial, tornam-se uma garantia ao jornalista transmitindo credibilidade e honestidade. Mas, será que os profissionais do jornalismo devem confiar inteiramente nessas fontes oficiais, será que elas são realmente honestas e credíveis? “Do ponto de vista dos procedimentos produtivos jornalísticos, as fontes estáveis institucionais, acabam por assumir uma credibilidade adquirida como tempo e também ela rotinizada”. (1999, p.225)*

*Wolf também diferencia os jornalistas especializados e os não –especializados no trato com as fontes. Os primeiros tem a vantagem de possuir uma bagagem de conhecimentos sobre os assuntos contribuindo para um diálogo mais produtivo e de conteúdo com as fontes. Mas o problema deste tipo de relação é a dependência que se cria entre fonte e jornalista, uma relação de dependência recíproca, segundo o autor. Estes jornalistas também correriam o perigo de se tornarem caixa de ressonância das fontes e perder “aquela curiosidade e espontaneidade perante os problemas e os acontecimentos”. No caso da segunda categoria, falta-lhes o conhecimento aprofundado acerca do assunto e das fontes “mas estão libertos das ligações complexas de conveniência recíproca” (1999, p.227). Essas fontes institucionalizadas*



*além de representarem o ponto de vista oficial são também organizadas quando se trata de distribuir notícias aos veículos de comunicação. “Sem exceção, apenas organismos e grupos formalmente constituídos são os terminais de rotina da recolha de informação. Quer se trate de associação de moradores, ou de agências federais, o repórter confia-se a uma estrutura de atividades e de informações já constituída e sistematicamente organizada”. (Wolf, 1999, p.228)*

*Tentando justificar uma prática dominante entre os jornalistas, de procurar somente fontes oficiais, Gans acrescenta que “os repórteres não tem tempo de desenvolverem contato com fontes que não são conhecidas. [...] Além disso, essas fontes estranhas fornecem informações que não podem ser verificadas, gerando, portanto, a incerteza. Mas, e talvez seja ainda mais importante, essas fontes não-familiares podem fornecer dados novos ou contraditórios” (Gans apud Wolf, 1999, p.228).*

*Héctor Borrat, citado por Fontcuberta (1993), diz que quanto maior seja a quantidade, a qualidade e a diversidade das informações do texto e das fontes que cita, maior será sua credibilidade, e portanto, sua influência. Destaca-se aqui, mais uma vez, a necessidade do uso do pluralismo e diversidade das fontes, prática que procuramos chamar a atenção nesta pesquisa. Novamente destaca-se a importância do pluralismo das fontes de informação, da abordagem no texto de todas as versões do fato, na tentativa de se aproximar ao máximo da verdade e da realidade.*

## 2. As fontes no jornal *A Razão*

O jornal *A Razão* foi fundado em 9 de outubro de 1934, por Clarimundo Flores e tinha um ideal político: a defesa das posições de Oswaldo Aranha, um dos personagens mais importantes da Revolução de 30. Em 1943 foi adquirido pelo grupo Diários Associados, dirigido por Assis Chateaubriand. Em 1982, a Empresa Jornalística de Grandi, fundada por Luizinho de Grandi, adquire o jornal com a proposta de torná-lo um jornal engajado na comunidade santa-mariense. Está informatizado desde 1996 e desde maio de 2000 roda em cores. Atualmente atinge uma tiragem de 23 a 25 mil no final de semana e abrange a região central do Estado (40 municípios).



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

*O estudo realizado no jornal A Razão, objeto empírico desta pesquisa, demonstra a tendência de aparecer nas notícias predominantemente declarações de fontes oficiais. Foram 238 o total de notícias analisadas, incluindo as quatro editorias fixas no jornal (Educação, Economia, Geral e Política). De acordo com a metodologia da pesquisa, o cidadão comum foi assinalado como fonte nos casos em que o mesmo não possuísse cargo representativo, de poder ou autoridade competente. Utilizando-se deste método, constatou-se na pesquisa que dentro das 238 notícias, o cidadão apareceu apenas em 26 notícias, uma média de 8,82%, mostrando que a grande maioria da notícias cita as fontes ligadas à hierarquias organizacionais. A editoria Geral com maior número de notícias, 82, foi onde o cidadão apareceu mais vezes, totalizando 13 vezes. Nas editorias de Política e Economia o cidadão apareceu 6 vezes, e a editoria com menor número de notícias, Educação, o cidadão apareceu apenas uma vez. Levando em conta a classificação de Nilson Lage, que divide as fontes em oficiais, oficiosas e independentes, a maioria das fontes citadas em A Razão se enquadraria na categoria das oficiais, pois são declarações principalmente do Executivo, Legislativo Municipal, e de representantes de instituições ou organizações.*

*Muitas notícias apareceram sem nenhuma fonte aparente, citada, mencionada no texto. Das 238 notícias, não apareceram fontes em 66 delas. A editoria de Educação foi a que mais apareceu com fontes não identificadas, não citadas. Das 46 notícias analisadas, 23 não tinham fonte citada. Muitas notícias deste tipo, em que não aparecem fontes, supõe-se serem provenientes de assessorias de imprensa, outras são apenas notas informativas de reduzido tamanho.*

Para efeito de amostragem, foram analisadas as fontes citadas literalmente no texto. Assim, considera-se citação somente os trechos apresentados entre aspas dentro da notícia. Acompanhou-se as edições do jornal de 15/07 a 28/11 de 2000, mas a análise das notícias foi realizada no período de 17/07 a 04/08 de 2000. Optou-se analisar as fontes de informação explicitamente citadas, nas matérias das editorias de *Economia, Geral, Educação e Política*. Na editoria de *Política*, por exemplo, predominaram as fontes do Executivo e Legislativo Municipal. As outras fontes foram provenientes do poder judiciário, entidades comunitárias e sindicais, partidos políticos. Pode-se dizer



que grande parte das notícias da editoria de *política* se referia a acontecimentos da Prefeitura e Câmara de Vereadores da cidade, restringindo as notícias e fontes a estas duas instâncias. O jornal *A Razão* entende a editoria de *política* desta maneira: notícias sobre a Prefeitura e Câmara de Vereadores. Ao todo foram 57 notícias desta editoria, com 32 citações literais. Não foram identificadas as fontes de 9 notícias. Do total de notícias analisadas, o cidadão apareceu 6 vezes.

#### Conclusão

Ao analisar as fontes do jornal *A Razão*, percebe-se uma tendência geral do jornalismo impresso atual de dar voz às autoridades, aos representantes, líderes, presidentes de instituições. A maioria das notícias não dá oportunidade para as pessoas comuns, mas envolvidas no assunto, se manifestarem. Quando a fonte é um cidadão comum, geralmente a notícia não é importante, como foi o caso de uma matéria da editoria de *geral* sobre como os cidadãos de Santa Maria enfrentam o frio rigoroso. Observa-se que nas matérias referentes aos movimentos sociais, as fontes também não são os cidadãos comuns, pois sim movimentos organizados, que já possuem seus líderes e porta vozes. Nota-se também um círculo vicioso de fontes. Quando a matéria trata do mesmo assunto, as fontes são sempre as mesmas pessoas, entidades ou instituições. Isto comprova uma tendência em mostrar apenas uma faceta do fato, a oficial, sem levar em conta os outros envolvidos nos fatos. Também deve-se ressaltar o reduzido número de matérias baseadas em mais de uma fonte.

Conclui-se que cada jornal desenha em torno de si um campo de acontecimentos. (Moillaud, 1997). Ao privilegiar fontes oficiais e próximas aos poderes constituídos, limita a polifonia. O espaço do leitor é muito reduzido. Raramente um cidadão comum é fonte de informação. Confirma-se que *A Razão* funciona predominantemente como correntes de amplificação dos poderes e de sustentação do *status quo*. As fontes “de elite” são usualmente cobertas enquanto no exercício de poderes e as demais são, tendencialmente, focadas apenas quando trabalham no sentido de se fazerem notar, “para o que, freqüentemente, necessitam de recorrer a actos ‘desviantes’ para chamarem a atenção sobre si, como manifestações ou outros protestos” (Souza, 1999, p.11). Há uma desvalorização do cidadão comum como fonte, apontando assim para a necessidade de uma revisão nos critérios de noticiabilidade, ressaltando a função do jornalista como



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

de um mediador social que consagre a pluralidade de opiniões. Percebe-se que as fontes não oficiais e distantes da esfera de poder raramente conseguem inserir novos temas na agenda da imprensa.

A maior parte dos jornais impressos baseia-se em fontes presumidamente confiáveis porque detentoras de um cargo ou investidas de uma responsabilidade pública. Percebe-se claramente que, ao contrário do radiojornalismo, por exemplo, o jornalismo impresso tem mais dificuldades de dar voz à população e legitimar informações não oficiais e, portanto, de ampliar posições diferentes sobre os fatos sociais. Ressalta-se que jornalismo está configurado num lugar decisivo no espaço público. Constitui-se na instância em que os conflitos da sociedade são inscritos diariamente e portanto, deveria ser também o lugar da pluralidade e da polifonia.

#### Referências Bibliográficas:

ALSINA, Miguel R. La construcción de la noticia. Buenos Aires: Paidós, 1985.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

FILHO, Adelmo Genro. O Segredo da Pirâmide. Porto Alegre: Tchê, 1987.

FONTCUBERTA, Mar. La noticia – pistas para percibir el mundo. Buenos Aires: Paidós, 1993

KARAM, Francisco. Jornalismo, Ética e Liberdade. São Paulo: Summus, 1997.

LAGE, Nilson. O jornalista como fonte. Palestra no XII Encontro Nacional de Jornalistas em Assessorias de Comunicação – 6 de maio de 1999 – Belo Horizonte  
Capturado em 1999. Online. Disponível na Internet:  
<http://www.jornalismo.ufsc.br/palartenjac.html>

\_\_\_\_\_. O que os jornais precisam fazer para aumentar a qualidade editorial. Palestra no seminário O papel do Jornal – Curitiba, 27.11.97. Capturado em 1997. Online. Disponível na Internet: <http://www.jornalismo.ufsc.br>

\_\_\_\_\_. Comentário à tese Cenas Benefactivas e movimentos semânticos no contexto da linguagem jornalística. Capturado em março de 1999. Online. Disponível na Internet: <http://www.jornalismo.ufsc.br/tesesponholz.html>

MANUAL DA FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992.

MEDINA, Cremilda Araújo. Entrevista. O diálogo possível. São Paulo: Ática, 2000

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). O jornal da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SOUZA, Jorge Pedro. Diários Portugueses: que espaço para o cidadão comum?  
Capturado em agosto de 1999. Online. Disponível na Internet:  
<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-diarios-portugueses1.html>

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2001

WOLF, Mauro. Teorias das comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1999.